

HISTÓRIA E MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO INSTITUTO FEDERAL GOIANO – CAMPUS CERES *HISTORY AND MEMORIES OF VOCATIONAL EDUCATION AT THE INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS CERES*

Gustavo Oliveira Mendes¹
Juliana Cristina da Costa Fernandes²
José Maria Baldino³

Resumo: A segunda metade da década de 1990 foi marcada por textos oficiais, incluindo a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996) e decretos que sinalizaram para uma nova proposta de educação profissional. No bojo destas discussões, foi inaugurada, em 1994, a Escola Agrotécnica Federal de Ceres (EAFCe), *locus* desta pesquisa. Este artigo visa reconstituir a história dessa instituição de ensino, buscando as relações entre a fundamentação teórica e documentos oficiais com as narrativas memoriais de dois professores pioneiros, que fizeram parte da construção desta história, no período compreendido de 1995 a 2008. Para este propósito, foi realizada uma pesquisa do tipo estudo de caso, de abordagem qualitativa com entrevistas semiestruturadas gravadas em vídeo. Nos discursos, percebe-se o entrelaçamento da história da EAFCe com as narrativas dos pioneiros que permitiu conhecer particularidades de acontecimentos, recuperados em fragmentos de memórias preservadas que contribuíram para registros, da trajetória institucional e da educação profissional, que poderão ser transmitidos às novas gerações.

Palavras-chave: Ensino Profissionalizante. Escola Agrotécnica. Memória. História da Instituição.

Abstract: The second half of the 1990s was marked by official texts, including the promulgation of the National Education Guidelines and Bases Law (LDBEN/1996) and decrees that signaled a new proposal for vocational education. In the midst of these discussions, the Ceres Federal Agrotechnical School (EAFCe), the locus of this research, was inaugurated in 1994. This article aims to reconstruct the history of this educational institution, seeking the relationship between the theoretical foundation and official documents with the memorial narratives of two pioneer teachers, who were part of the construction of this history, from 1995 to 2008. For this purpose,

¹ Bacharel em Administração pela UNIP. Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) pelo Instituto Federal Goiano. Técnico Administrativo em Educação na Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: gomendes@gmail.com.

² Bacharel em Ciências da Computação pela UFG. Licenciada em Letras pela UNIP. Especialista em: O Processo Ensino-Aprendizagem pela Faculdades Claretianas; Informática em Educação pela UFLA; Arte-Educação pelo Instituto Souza. Mestre em Educação Agrícola pela UFRRJ. Doutora em Educação pela PUC Goiás. Professora do Instituto Federal Goiano. E-mail: juliana.fernandes@ifgoiano.edu.br.

³ Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais, Especialização em Educação e Mestrado em Educação pela UFG. Doutor em Educação pela UNESP- Marília-SP. Professor Titular Sociologia, Escola de Formação de Professores e Humanidades - Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Humanidades, Mestrado e Doutorado em Educação na Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Vice-Líder do Diretório de Pesquisa CNPq-PUC Goiás Educação, História, Memória e Culturas em diferentes espaços sociais. E-mail: jbalduino@uol.com.br.

a qualitative case study research was conducted with semi-structured interviews recorded on video. In the speeches, we can see the intertwining of the history of EAFCe with the pioneers' narratives that allowed to know particularities of events, recovered in fragments of preserved memories that contributed to records, of the institutional trajectory and professional education, which can be transmitted to new generations.

Keywords: Professional Education. Agrotechnical School. Memory. History of the Institution.

1 INTRODUÇÃO

O título deste artigo, História e Memórias da Educação Profissional no Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, insere-se na temática que abarca um intenso e diversificado movimento investigativo de estudos e reflexões acerca da educação profissional, no Brasil, enraizada e significada pelos contextos históricos e sociais da sociedade brasileira.

Não obstante, as iniciativas profissionalizantes dispersas nos períodos históricos que antecederam à Proclamação da República, em 1889, pode-se considerar como sendo o seu marco organizativo e institucional a iniciativa do Presidente da República Nilo Peçanha, em 1909, por intermédio do Decreto nº 7.566, o qual “Crêa nas capitaes dos Estados da Republica Escolas de Aprendizizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito”.

Segundo as considerações em seu preâmbulo, destacamos uma, para revelar a intencionalidade política de seu destino [...] não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, **como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime [...]** (BRASIL, 1909 - grifo nosso).

Não fará parte do *corpus* histórico de nossas reflexões, o itinerário da Educação Profissional no Brasil, no qual destacam-se a criação das Escolas Técnicas, das Escolas Agrícolas, dos Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET. Delimitou-se como universo da pesquisa, de natureza histórico-documental e biográfica, a Educação Profissional no Instituto Federal Goiano, recorrendo a duas categorias de análise, a história e a memória da

criação de um de seus *campi*: Ceres. Nesta abordagem teórico-metodológico, privilegia-se fontes documentais (documentos oficiais e bibliográficos) e fontes orais (narrativas de dois professores pioneiros do campus, dos anos de 1995 a 2008), configurando-se uma epistemologia de estudo de caso, de natureza etnográfica (GATTI, 2012).

Na perspectiva de demarcar o objeto de estudo do IF Goiano - Campus Ceres, é importante ressaltar que com a Lei 11.892/2008, foram criados, em Goiás, dois Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Instituto Federal de Goiás (IFG) e o Instituto Federal Goiano (IF Goiano). O IFG foi criado mediante a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás com suas Unidades de Ensino Descentralizadas de Jataí e Inhumas. Já o IF Goiano integrou os antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) de Rio Verde e de Urutaí, incluindo sua Unidade de Ensino Descentralizada (Uned) de Morrinhos e a Escola Agrotécnica Federal de Ceres (EAFCe). Com exceção da EAFCe, as instituições (Rio Verde e Urutaí), que compuseram o IF Goiano, são provenientes de antigas escolas de origem agrícola, com considerável percurso histórico.

Atualmente, além destas instituições, fazem parte da composição do IF Goiano, o Campus Iporá com início das atividades em 2010, os *campi* em implantação de Campos Belos, Cristalina, Trindade e Posse e, também, os *campi* avançados de Catalão, Hidrolândia e Ipameri. Assim, o IF Goiano configura-se⁴ com a Reitoria, em Goiânia, 12 *campi* e um Polo de Inovação, em Rio Verde.

Para fins deste artigo, optou-se por trazer para análise a pesquisa realizada no IF Goiano – Campus Ceres, sendo a autarquia mais recente, dentre as que constituíram o IF Goiano, em 2008, uma vez que a Uned de Morrinhos, criada em 1997, estava subordinada ao Cefet Urutaí.

⁴ INSTITUTO FEDERAL GOIANO. **Saiba mais sobre o IF Goiano**. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/historico.html>. Acesso em: 16 jan. 2020.

A pesquisa, neste artigo, objetivou reconstituir a história desta escola, entrelaçando documentos e referencial teórico com as narrativas memoriais de dois pioneiros, escolhidos por acompanharem a criação da escola, enquanto professores e gestores, denominados nesta pesquisa, de professor 01 e professor 02. Foi considerado o recorte temporal de 1995 a 2008, ou seja, período que contempla o início das atividades até a transformação em IF Goiano – campus Ceres.

Para a construção das narrativas foram realizadas entrevistas semiestruturadas, gravadas em vídeo, realizadas, somente após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IF Goiano.

Vislumbrando grande demanda por mão de obra qualificada na região, em meados da década de 1980, representantes políticos de Ceres moveram esforços para apresentarem ao Congresso Nacional um projeto de Lei que propôs a criação de uma escola profissional, na cidade. Desta forma, em 1986, foi publicado um Edital de concorrência pública com o objetivo de construir uma escola (SOUZA, 2005). Entretanto, somente, em junho de 1993, a EAFCe foi criada pela Lei nº 8.670, com efetivo funcionamento, a partir de 1995, com a turma do Curso Técnico em Agropecuária (PALASIOS, 2012).

Assim, a EAFCe iniciou suas atividades letivas em uma década (1990) marcada pelo neoliberalismo, “foi um período de muitas transformações nacionais e internacionais” (FIORI, 2002), que teve seus reflexos no âmbito da educação profissional. Nesta década, os discursos da Reforma da Educação Profissional permeavam diversos ambientes das instituições federais de ensino.

Dois marcos teóricos, nesta década, posterior à criação da EAFCe se destacaram no cenário nacional: a Lei 9.394/96, com um capítulo destinado à Educação Profissional, porém propenso a várias interpretações e o Decreto nº 2.208/97, expressão emblemática do neoliberalismo, que passou a definir uma nova forma de “pensar e fazer” a educação profissional.

Diante de novas exigências e possibilidades, a EAFCe avança em sua oferta e, em 2001, segundo Palasios (2012) são ofertados outros cursos

técnicos, tais como: Informática, Agricultura, Zootecnia e Agroindústria em diversas modalidades. Assim, a EAFCe reestruturou suas matrizes curriculares e modulou sua oferta de ensino técnico.

Em 2004, sob uma nova gestão presidencial, foi sancionado o Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004, restabelecendo as possibilidades de integração entre ensino médio e técnico, experiência a ser vivenciada pela EAFCe. Surge, portanto, novas possibilidades de oferta de cursos. Posteriormente, foi ofertado o Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio, na modalidade de educação de jovens e adultos – Proeja (PALASIOS, 2012).

Diante de experiências com cursos técnicos, em diversas modalidades, e pouco mais de uma década de existência, a EAFCe, junto a outras instituições de origem agrícola do Estado de Goiás, passam a integrar o Instituto Federal Goiano, em dezembro de 2008, por intermédio da Lei nº 11.892.

Na perspectiva de trazer para a análise, a história e as memórias do Campus Ceres do IF Goiano, objeto deste artigo, foram contemplados cinco marcadores explicativos a saber: 1 - as condições políticas favoráveis à criação da Escola Agrotécnica Federal de Ceres; 2 - a idealização da Escola Profissional de Ceres; 3 - os retrocessos oficiais preconizados pelo Decreto nº 2.208/1997; 4 - o florescer de novas possibilidades de avanços suscitados pelo Decreto nº 5.154/2004 e 5 - o processo de cefetização não ocorrido.

2 A CONSTITUIÇÃO DO IF GOIANO – CAMPUS CERES

2.1 Ventos que sopraram a favor da criação da Escola Agrotécnica Federal de Ceres.

Assim como projetos de lei para a criação de escolas profissionais de outros *campi* do IF Goiano, a EAFCe surgiu de ações visionárias de políticos

do Vale de São Patrício, região formada por 23 municípios, localizado na mesorregião do centro goiano.

Dentre estes municípios, Ceres se destaca por sua forte expressão política, econômica e educacional. Cidade que se efetivou com a “Marcha para o Oeste” (SANTOS; AFONSO, 2017, p. 12), projeto promovido pelo governo de Getúlio Vargas para incentivar a integração econômica e o crescimento populacional das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil.

A ocupação da região iniciou com a vinda dos bandeirantes a procura de ouro, em 1722. Posteriormente, a região teve sua ocupação e seu desenvolvimento impulsionado pela criação da CANG (Colônia Agrícola Nacional de Goiás), na década de 1940, como um projeto expansionista de Getúlio Vargas. Trouxe para a região colonos de vários estados brasileiros e, também, de outros países (SANTOS; AFONSO, 2017).

Em 1953, pela Lei nº 767, a Colônia foi elevada à categoria de município com o nome de Ceres, seguindo orientações de Bernardo Sayão, que já havia proposto o nome para o núcleo, que na mitologia latina significa “deusa da agricultura”. Segundo Castilho (2012, p.136), a formação territorial de Ceres:

É diferente da grande maioria das cidades goianas, as quais tiveram a participação direta de fazendeiros e políticos na formação territorial, em Ceres, foram os profissionais da saúde, em sua maioria, que desempenharam tal papel. Mas isso não decorreu simplesmente da vontade de tais atores. Pelo contrário, a própria emergência desses sujeitos na estrutura de poder se deu conforme a divisão territorial do trabalho que se impôs na região. E nesse processo, deve-se considerar a demanda pela saúde, as atuações políticas, as condições sociais de produção e as relações de trabalho.

Desta forma, divergindo das perspectivas iniciais da região, uma colônia criada para produção agrícola, Ceres, posteriormente, transformou-se em “centro urbano especializado em prestação de serviços. A região ainda se destaca no setor agrícola, porém, foi nos setores da educação e da saúde que se tornou referência” (SANTOS; AFONSO, 2017, p. 21).

A preocupação com a educação, especificamente, profissional em Ceres, de acordo com Carvalho (2012), esteve presente desde os primórdios da CANG, com escolas construídas tanto na zona rural como urbana, assim, a educação formal e informal estiveram presentes no processo histórico de desenvolvimento da região.

Neste fértil solo de valorização da educação arraigada nos pioneiros de Ceres, ventos sopraram a favor da educação profissional, surgindo um expressivo movimento de produtores rurais em prol da criação da educação profissional. No embalo deste movimento, o vereador Benito César Caldas encaminhou um requerimento, em 1984, solicitando às autoridades da região a criação de uma escola profissional em Ceres. Conforme Santos e Afonso (2017, p. 26),

esse anseio tinha o apoio de vários representantes políticos da cidade de Ceres que esperavam, com isso, implementar o plantio, ensinando aos jovens técnicas de cultivo para melhorar a produção já existente, além de possibilitar a implantação de novas culturas.

Mesmo com todo o movimento pró-criação da escola, as obras iniciaram, porém, foram paralisadas por falta de recursos financeiros. Novamente, outro movimento foi necessário, agora em prol da conclusão da obra.

Em 1993, a escola foi criada e transformada em autarquia, sendo inaugurada no ano seguinte, porém somente em março de 1995, as atividades letivas foram iniciadas. Foi mais de uma década entre os movimentos políticos que lançaram luz as origens da escola até sua concretização.

É interessante ressaltar que a história da criação e implantação da Escola Agrotécnica Federal de Ceres esteve enraizada nas condições sociopolíticas e econômicas da realidade local que demandaram a necessidade de uma escola que nos entendimentos de Santos e Afonso (2017) oportunizaria aos jovens o ensino de novas técnicas de cultivo existente e novas culturas.

Do ponto de vista da história da educação profissional no Brasil, esta iniciativa se insere na linha do desenvolvimento agropecuário, “vocaçã

regional” que se reproduz nesta região, desde o movimento da Marcha para o Oeste, bastante profícua nas décadas de 1930/40 e subsequentes.

2.2 Enfim, a idealizada Escola Profissional em Ceres.

A EAFCE nasce efetivamente, em 1995, embalada pelos rumores da Reforma da Educação Profissional, que se aproximava. Com o início das atividades, foi necessária a nomeação de servidores, via concurso público. Em número reduzido, a escola contou, também, com o apoio de servidores de outras instituições para construir sua história.

Grandes foram os desafios encontrados pelos que iniciaram os trabalhos. A escola já nasceu agrotécnica, não passando pelas transformações que outras sofreram, com origens em escolas agrícolas. O professor 01 relata o início das atividades ao ingressarem:

Assim que nós entramos, fomos levados a conhecer a educação profissional em nível de Brasil. Fizemos um estágio de uma semana, acho que foram oito dias, numa escola mais velha, que era de Bambuí, e aí foi o nosso primeiro contato.

Destaca-se que a EAFCE teve como primeiro diretor, o Senhor Benedito com significativa experiência de outras instituições. Assim, expõe o Professor 01:

[...] o primeiro diretor na Escola Agrotécnica de Ceres era uma pessoa que vivenciou todas essas transformações no ensino agrícola, foi o professor Benedito Martins de Oliveira. Ele veio de Bambuí para montar, para colocar em funcionamento a Escola Agrotécnica Federal de Ceres.

Neste contexto, iniciaram com a área agrícola almejada pelos idealizadores, ofertando o curso Técnico em Agropecuária com disciplinas da área técnica e núcleo comum na mesma matriz, porém não configurava como curso integrado. Este curso tinha como diretriz o denominado sistema Escola-Fazenda. Mas o que significava este modelo? O Professor 02 explica que:

Na época, você tinha esse modelo Escola-Fazenda que era o “fazer para aprender e aprender para fazer”. Então, esse era o modelo de Escola-Fazenda. Os alunos iam para lá e faziam todas as atividades pertinentes a uma fazenda. [...], ele tinha as aulas teóricas na parte técnica, depois na prática, eles iam colocar a mão na massa.

O Professor 02, ainda, explica que:

Escola-Fazenda [...] esse era o que norteava as ações dentro das Escolas Agrícolas. Outra coisa que chamava muito a atenção é que eles até falavam que a escola sempre tem que produzir “3x”; “1x” para o consumo dos alunos, e dois para ser vendido, comercializado e reinvestido nos projetos daquela época. E a atuação dos alunos nas práticas da instituição era muito presente. Eu vou até mais longe: até o ponto da substituição dos serviços de profissionais da instituição por mão de obra dos alunos, mesmo. Ou seja, os alunos eles tinham as aulas teóricas, depois eles faziam todo o manejo dos setores: bovinos, suínos, avicultura, apicultura. Então, todo o manejo desses setores era realizado pelos alunos, mais o docente. Então, assim... a prática era muito valorizada. Os alunos, realmente, eu não estou com saudosismo, mas eles saíam com a vivência do setor muito intensa.

Nota-se, no depoimento do Professor 02, a convicção de que o sistema escola-fazenda proporcionava uma experiência necessária para formação dos alunos, sobretudo, em relação à prática fundamental para o exercício profissional. Para Saviani (2006, p. 14 *apud* FRIGOTTO, 2007, p. 1145), “no ensino médio a relação entre educação e trabalho, entre o conhecimento e a atividade prática deverá ser tratada de maneira explícita e direta”.

Além dos desafios enfrentados por iniciarem uma nova escola e um curso com modalidade específica, precisavam estar preparados para lidarem com os alunos que permaneciam por mais tempo na escola e, geralmente, eram oriundos de classe social menos favorecida, com nível de escolaridade precário, conforme Professor 01 esclarece:

[...] os meninos, principalmente das primeiras turmas, que ali chegaram eram oriundos de escolas rurais, e, na sua maioria, possuíam um nível de escolaridade muito fraco [...]; eram pessoas muito bem-educadas, mas com nível de formação precário. E sempre nós tínhamos muita paciência para fazer um nivelamento desses alunos.

Eram alunos carentes, extremamente carentes e das cidades circunvizinhas. Eram alunos, na sua maioria, que tinham a sua origem no campo, de pequenos proprietários, de assentados e

principalmente, de pessoas que trabalhavam em fazendas da região. Mas tinha também, pequenos proprietários...

[...] as antigas Escolas Agrotécnicas, carregavam o estigma de serem mini reformatórios. Então, assim, muitos alunos que iam para lá, eram alunos problemáticos. E no início, assim foi mesmo, viu !?

O relato do Professor 02 coaduna com as afirmações do Professor 01, em relação aos alunos das primeiras turmas, como expresso na sequência:

Na época, se tinha uma visão dessas escolas como uma espécie de reformatório, que lá ia consertar o filho da pessoa. Então, se tinha essa ideia, ainda.

Afirmações corroboram com Souza (2008, p. 108) ao explicar a concepção assistencialista da educação profissional.

[...] desde a criação dos primeiros Liceus de Artes e Ofícios implantados no Brasil na segunda metade do século XIX, a educação profissional foi concebida com caráter assistencialista, visando a amparar e preparar para o trabalho crianças pobres, órfãs e desvalidas.

Este caráter assistencialista pode ser percebido, inclusive, no Decreto nº 7.566/1909 que instituiu o ensino técnico-profissional brasileiro com a criação da Rede de Escolas de Aprendizes Artífices em que expressões como “os filhos dos desfavorecidos da fortuna” expõe os motivos da criação destas escolas e a que classes sociais elas se destinavam.

Ainda, na década de 1990, quase um século após a publicação do decreto, pode-se perceber que os estigmas das origens das escolas profissionais se mantinham no imaginário coletivo.

Com o passar do tempo, esta situação foi revertida e o estigma de reformatório foi sendo superado, como se pode observar no discurso do professor 01:

Mas isso, foi somente nos primeiros anos. O campus Ceres, conseguiu reverter esse quadro, desmistificar que a escola não era esse reformatório, tanto que no início, na cidade, os meninos

chegavam para fazer compra, por exemplo, num mercadinho... o dono ia junto, tal era o estigma que eles carregavam, mas a própria população começou a perceber que a escola movimentava a cidade, ela trazia muitas coisas boas, a vida cultural da cidade mudou. A cidade começou a se fixar também como prestadora de serviços, principalmente na área de educação.

Houve a necessidade de um trabalho profícuo para tentar desmistificar o que estava associado há anos ao perfil dos alunos das escolas profissionais.

2.3 Um retrocesso em forma de texto oficial: Decreto 2.208/1997.

Pouco depois do início das atividades letivas da EAFCe, foi promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDBEN) nº 9.394/1996, provocando mudanças em todo sistema educacional. Frigotto e Ciavatta (2006) explicam que após a aprovação da LDB minimalista, o governo, pelo Decreto 2.208/1997, impõe mudanças de forma vertical que retrocedem ao dualismo dos anos 1940. A pressão de cima para baixo foi para aplicar a reforma, rapidamente, na Rede.

Assim, o Decreto 2.208/1997 trouxe novos rumos com mudanças e expressivos desafios para a gestão. Este decreto regulamentou a desvinculação do ensino médio da Educação Profissional de nível técnico, acentuando a dualidade histórica entre a formação básica e a educação profissional, evidenciando a ideia de duas redes do sistema educacional brasileiro. Enfim, um ajuste social e econômico ao ideário do neoliberalismo. Rocha (2009, p.94) argumenta que:

[...] É, portanto, a partir do decreto 2.208/97 que se observa a reiteração de um “sistema de educação (profissional)” paralelo ao “sistema de educação (escolar)”; porém, desta vez, irá se consolidar a expansão dos limites desta estrutura dual, em termos de níveis, até o superior [...]

A EAFCe com trabalhos ainda incipientes, buscando apreender a complexa organização da educação profissional, precisou se reestruturar diante de um novo formato. Na tentativa de se adaptar ao novo horizonte que assolava a instituição, a EAFCe propôs alterações na matriz curricular

(Carvalho, 2012). Foram, também, tempos de insegurança vivenciados pelos docentes do núcleo propedêutico. Carvalho (2012, p. 260) explica a fase inicial de implantação do decreto, em 1998.

Os docentes foram atormentados pela possibilidade de extinção das disciplinas para as quais haviam sido concursados, o que lhes colocava em tensão funcional, o que certamente era refletido na relação com os alunos, colegas e dirigentes.

Em relação à matriz curricular do Curso Técnico em Agropecuária, Carvalho (2012) esclarece que ocorreu uma desorganização parcial e temporária, pois para as turmas ingressantes do curso entre 1998 e 2000, havia duas matrículas distintas para o mesmo aluno, ou seja, uma para o ensino médio e outra para o técnico. Carvalho (2012, p. 260) esclarece que nesta fase,

[...] ocorreu uma desorganização parcial e temporária, visto que para as turmas que ingressaram entre 1998 e 2000, houve apenas a separação, com duas matrículas distintas para o mesmo aluno, sendo uma para o ensino médio e outra para o profissional. Entretanto, a estrutura curricular e disciplinar era similar à da Escola-Fazenda, com pequenas inclusões e fracionamentos de disciplinas e conteúdos. Nessa fase de desorganização, incertezas e, certa desobediência institucional velada foi a tônica no sistema de concomitância interna, para os alunos que cursavam na própria Instituição o ensino médio e profissional.

Em consonância com o Decreto 2.208/97, no ano de 2001, não houve o ingresso de alunos para o Ensino Médio, o que “representou significativa queda na demanda e ainda maior insegurança, dessa vez não somente por parte dos professores das disciplinas propedêuticas, mas de toda a instituição”. (CARVALHO, 2012, p. 260). Assim, foram oferecidos os cursos, no formato modular.

Sobre as consequências dos desmontes ocasionados por este decreto, o Professor 01 relata que:

Afetou drasticamente a instituição, ao ponto de ter havido um esvaziamento por completo de procura. À época, nós tínhamos em

torno de 500 alunos. Após um ano, esse número foi drasticamente reduzido para cento e quarenta e poucos alunos. Os demais, todos evadiram [...] a grande atração dos meninos da região era de poder fazer um ensino médio de qualidade e, paralelo a isso, se profissionalizarem. Não sei se é nessa ordem, muitas vezes o ensino médio para os meninos era muito mais importante do que o curso técnico. E com a desvinculação da integralidade desses cursos, os meninos ficaram nas suas cidades de origem.

O Professor 02, em relação ao decreto, argumenta que:

Ele fez, principalmente, separar o ensino médio do técnico, onde, de certa forma, obrigavam as Escolas Técnicas a tirar o ensino médio da matriz curricular e ficar só com o curso técnico. Então, isso foi uma perda muito grande, porque você tinha os alunos ali, que iam pra lá pra fazer o ensino médio, fazia pouco ensino técnico. Caiu vertiginosamente, na época.... quem tirou o ensino médio, caiu vertiginosamente o número de matrículas. Se entrava, por exemplo, 180 alunos passou a entrar 70. Isso aconteceu na Escola Agrotécnica Federal de Ceres. E outra coisa foi, assim, ou você tira o ensino médio, ou você não ganha verba. Então, era vinculada uma coisa na outra.

Para evitar que o quadro de instabilidade institucional tomasse uma proporção ainda maior, houve a decisão de oferecer novamente em 2002, a concomitância interna do ensino médio e técnico, permitindo habilitar o aluno em áreas específicas (CARVALHO, 2012, p. 211).

Mesmo a EAFCE não tendo um consentimento passivo da Reforma, o caráter mercantilista do Decreto ocasionou forte impacto ao cotidiano institucional, com implicações na estrutura organizacional, nas práticas curriculares e pedagógicas, com consequências na formação e vida dos alunos e, sobretudo dos professores do ensino médio que se sentiam ameaçados, contribuindo para o clima de instabilidade institucional.

2.4 Uma nova possibilidade de avanços: Decreto 5.154/2004.

Diante de um novo governo, novas possibilidades surgiram. Em 2004, foi promulgado o Decreto 5.154, restabelecendo a possibilidade de integração entre o Ensino Técnico e o Médio, além de permitir a continuidade das

diretrizes traçadas pelo Decreto 2.208/97, mantendo, ainda, a concepção de ensino fragmentado, com ênfase no ideal neoliberal. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 04) esclarecem que:

[...] o documento é fruto de um conjunto de disputas e, por isso, mesmo, é um documento híbrido, com contradições que, para expressar a luta dos setores progressistas envolvidos, precisa ser compreendido nas disputas internas na sociedade, nos estados, nas escolas.

Porém, a outra face revela uma educação com possibilidades emancipatórias que permite romper com os ditames capitalistas e propor uma formação integral. O Decreto 5.154/04 prevê três formas de oferta:

- I – integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;
- II – concomitante oferecida a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer: a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;
- III – subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 2004).

De fato, o decreto flexibilizou as relações entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, possibilitando a formação integrada e as possibilidades preconizadas pelo decreto anterior.

O novo decreto veio legalizar uma prática que, mesmo no período do Decreto 2.208/97, continuou historicamente, por um determinado tempo, ocorrendo em relação aos cursos técnicos da EAFCe.

O Professor 01 relata sobre as interferências organizacionais do Decreto de 2004:

Como, praticamente não estávamos seguindo o decreto (2.208/97), na Escola Agrotécnica Federal de Ceres, mudou um pouco, né. O que aconteceu foi que nós reorganizamos legalmente os nossos cursos, mas na prática, mudou pouca coisa.

O Professor 02 menciona os benefícios do Decreto:

Com isso, você pode trazer mais alunos para dentro da escola. [...] a grande contribuição do 5.154 foi isso: a possibilidade, novamente, da integração entre o ensino médio e os cursos técnicos, dentro de uma nova concepção de integração, diferente um pouco daquela que existia antes do Decreto 2.208.

Indubitavelmente, a edição deste Decreto colaborou para regulamentar uma prática que estava ocorrendo na instituição e endossar a abertura de novas turmas integradas, além de proporcionar aos professores e à gestão a tranquilidade necessária aos diálogos das áreas técnica e propedêutica.

Como consequência, a matriz curricular do Curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio foi reestruturada à luz do novo decreto (CARVALHO, 2012). Posteriormente, foi implantado o Curso Técnico em Agroindústria (PROEJA), os quais prevaleceram, na Instituição, até a sua integração ao IF Goiano, em 2008.

2.5 E o processo de “cefetização”? Por que não ocorreu?

Dentre as escolas que integraram o IF Goiano, em 2008, apenas a EAFCe não havia sido transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET). Tanto as agrotécnicas de Rio Verde e Urutaí foram transformadas em 2002.

O Professor 02 esclarece que a EAFCe não passou pelo processo, pois não contava com curso superior. Outro motivo apontado, por este professor, foi não ter aderido ao PROEP (Programa de Expansão da Educação Profissional). Já o Professor 01 esclarece que fizeram o projeto de “cefetização”, porém não conseguiram aprová-lo, pois foi feito com profissionais da “casa”, já que não

conseguiram custear as despesas para que profissionais experientes pudessem realizá-lo.

Notam-se argumentos que não favoreceram a aprovação do projeto de “cefetização”, ou seja, a escola passou a ser Campus do Instituto Federal Goiano, como Escola Agrotécnica, o que ainda ocasiona reflexos na configuração do número de servidores do atual Campus Ceres. Assim, a investigação sobre fatos do passado permite a compreensão do presente.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa realizada, pretendeu-se tecer considerações sobre a importante história da Escola Agrotécnica Federal de Ceres, por intermédio de referências teóricas, documentos oficiais e narrativas memoriais de pioneiros.

Os caminhos trilhados pela EAFCE permitiram identificar reflexos de dois grandes momentos da Educação Profissional e Tecnológica, ocorridos no final do século XX e início do século XXI. Trata-se da edição de dois Decretos, responsáveis, primeiramente para atender aos preceitos capitalistas com o ideário mercantilista (Decreto 2.208/97) e uma nova possibilidade de (re)construção de uma formação integral (Decreto 5.154/04).

Nesta pesquisa, com a reconstituição da história institucional, compreendida não linearmente, mas como decorrente de processos marcados por contradições/rupturas e continuidades, pode-se compreender a gênese da EAFCE, os desafios e superações para a implantação de uma Escola Profissional que já nasceu Escola Agrotécnica Federal. Criada na metade de uma década com implicações da lógica do capital na educação profissional, no limiar do novo século, experimenta a perspectiva de uma formação integral como possibilidade de uma educação emancipatória.

O movimento da história institucional, expressa pelas lembranças dos pioneiros se aflora em narrativas de momentos vivenciados, marcados espacialmente e temporalmente, muitas vezes de forma difusa, fluindo

particularidades de acontecimentos passados em busca da (re)construção da história para a compreensão do presente, bem como suas conjecturas de futuro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909. Crêa nas capitaes dos Estados da Escolas de Aprendizizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. **Collecção das Leis da República dos Estados Unidos do Brazil** - 1909. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913. v. 2, p. 445-447.

_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997. Regulamenta o parágrafo 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 referentes à Educação Profissional da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 abr. 1997.

_____. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 jul. 2004.

_____. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 dez. 2008.

CARVALHO, M. A. **Técnico agrícola: peão melhorado?** 2012. 298f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012.

CASTILHO, D.A. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (cang) e a formação de Ceres-GO - Brasil. **Élisée**, Rev. Geo. UEG - Goiânia, v.1, n.1, p.117-139, jan./jun. 2012.

FIORI, J. L. **60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FRIGOTTO G; CIAVATTA M; RAMOS M. A gênese do Decreto nº 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. **Trabalho Necessário 3**. Ano 3. Número 3. 2005.

FRIGOTTO G; CIAVATTA M. Os embates da reforma do ensino técnico: resistência, adesão e consentimento. In: FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. (orgs.). **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

FRIGOTTO G. **A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, out. 2007.

GATTI, B A. **A construção metodológica da pesquisa em educação: desafios**. RBPAE, v.28, n.1, p.13-34, jan./abr. 2012.

PALASIOS, P. C. **A articulação educação profissional e desenvolvimento territorial pelo Instituto Federal Goiano – Campus Ceres: Perspectivas e possibilidades**. Dissertação(Mestrado em Ciências), Instituto de Agronomia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2012.

ROCHA, M. B. **Metamorfose dos cursos superiores de tecnologia no Brasil: política de acesso ao ensino superior em um estado burguês**. Tese (Doutorado em Educação), Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

SANTOS, M. L. dos; AFONSO, L. H. R. Cidade de Ceres e o IF Goiano – legado de prosperidade no Vale de São Patrício. In: MARIA LÍCIA DOS SANTOS, et al. (Org.). **Políticas e Práticas da Educação Profissional no IF Goiano**. Goiânia-GO: Editora da PUC Goiás, 2017, v. 01, p. 11-46.

SOUZA, U. N. de. **O Cooperativismo na Formação Político-Pedagógico de Egressos das Cooperativas-Escolas das Instituições Federais de Ensino Agropecuário do Centro-Oeste**. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Educação, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2005.

SOUZA, R. F. de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: (ensino primário e secundário no Brasil)**. São Paulo: Cortez, 2008.